



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Embaixador dos Países Baixos em Portugal, Govert Bijl de Vroe, para apresentação e debate dos objetivos e prioridades da Presidência Neerlandesa do Conselho da União Europeia.

II PARTE

1. Informações.
2. Apreciação e votação da Ata n.º 8, referente à reunião de 12 de janeiro de 2016.
3. Continuação da apreciação da proposta de cartão verde apresentada pela Assembleia Nacional Francesa relativa à responsabilidade social das empresas na União Europeia. É solicitada a pronúncia das Comissões de Assuntos Europeus de todas as Câmaras parlamentares.
4. Continuação da apreciação da proposta de cartão verde apresentada pela Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento da Letónia - deliberação da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e parecer da Comissão de Assuntos Europeus.
5. Resolução do Parlamento Europeu sobre a Reforma do Ato relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal direto.
6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas - [COM(2015)750], objeto de Relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; e Comissão de Defesa Nacional.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS

Iniciativa selecionada

7. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Embaixador dos Países Baixos em Portugal, Govert Bijl de Vroe, para apresentação e debate dos objetivos e prioridades da Presidência Neerlandesa do Conselho da União Europeia.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) deu as boas vindas ao Senhor Embaixador dos Países Baixos em Portugal, Govert Bijl de Vroe, agradecendo a sua disponibilidade e manifestando o grande interesse em o ouvir relativamente às prioridades definidas pelos Países Baixos durante o exercício da sua Presidência do Conselho da União Europeia (UE). Saliu ainda que os três princípios enquadradores da mesma são preocupações mútuas acerca do futuro e do presente da União.

Feita esta introdução, foi dada a palavra ao Senhor Embaixador que, após agradecimento, começou por destacar que a Presidência Neerlandesa iria procurar pautar-se por critérios de eficácia e de valor acrescentado da ação da UE, numa base de solidariedade, responsabilidade partilhada e de aproximação aos cidadãos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.^a SL

Para tanto, foram estabelecidos três pontos de partida: *i) uma União Europeia focada em temas prioritários; ii) uma União Europeia que promove a inovação e a criação de empregos; iii) uma União Europeia que está em contacto de proximidade com todos os cidadãos.* Destes decorrentes, foram definidas quatro prioridades estratégicas: *i) Uma abordagem integral da migração e da segurança internacional; ii) A Europa como motor inovador e criador de empregos; iii) Finanças europeias sólidas e estáveis, também no futuro, bem como uma Zona Euro robusta; iv) Uma política climática e energética promissora.*

Relativamente às prioridades mencionadas, abordou ainda os principais aspetos estruturantes de cada uma, tendo manifestado que a matéria da migração e, dentro desta, a questão dos refugiados, deverá ser encarada como uma responsabilidade conjunta que promova uma solução sustentável sob a égide daqueles que são os princípios fundamentais do projeto europeu, com especial destaque para o respeito pelos direitos humanos e o princípio da solidariedade. Acrescentou, no entanto, que é necessário ter noção de que a capacidade de resposta dos Estados-membros (EM) é finita.

Com este aspeto correlacionado, embora autónomo, foi focada a dimensão securitária da UE, na vertente da segurança interna e externa, bem como a necessidade de a União Europeia apresentar como um ator global mais forte, o que se deverá refletir na nova Estratégia de Política e Segurança Comum. A este propósito foram dados como exemplos a migração e o terrorismo.

Quanto à segunda prioridade, inovação e criação de emprego, pretende-se um aprofundamento do mercado único aberto às iniciativas globais e assente em pilares como o desenvolvimento de projetos digitais, o mercado dos serviços e a liberdade de circulação de trabalhadores associada a uma dimensão social e de equidade sob a máxima *“para trabalho igual, salário igual”*.

No contexto do “Relatório dos Cinco Presidentes”, foram também abordados os principais temas estruturantes daquela que se pretende como uma União Monetária



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.^a SL

forte. O ponto de partida são as reformas adotadas na sequência da crise persistente que tem atingido a UE, reformas estas que têm começado a dar resultados, os quais devem ser sentidos por toda a Europa, o que ainda não acontece. A título de exemplo do que ficou dito, foi focada a União Bancária uma vez que esta pode funcionar como um mecanismo para minimizar a contaminação resultante de um ainda frágil funcionamento dos bancos e do sistema bancário. No mesmo sentido, e por forma a evitar a fragmentação ainda existente, considera-se relevante o aprofundamento do mercado de capitais da União.

Acrescentou-se que é intenção da Presidência Neerlandesa dar maior relevância à implementação de recomendações específicas de cada Estado-Membro, trocar experiências e boas práticas, designadamente sobre a implementação de reformas e melhor governança, sendo que estas deverão ter lugar ao nível do Conselho. Adicionalmente, pretende-se também suportar a Comissão nos seus esforços para aumentar a transparência e a simplificação do pacto de Estabilidade e Crescimento, o que deverá contribuir para o melhorar as “*guidelines*” aplicáveis a todos os Estados-Membros.

Por último, no que concerne à quarta prioridade, clima e energia, foi transmitido que a recente Conferência do Clima realizada em Paris é um ponto de partida para esta Presidência, motivo pelo qual pretende promover uma economia sustentável, nomeadamente quanto ao uso responsável de combustíveis fósseis. Considerou ainda importante a criação de uma União da Energia, suportada por um mercado único da energia, sendo este o melhor caminho para a diversificação, segurança no abastecimento, sustentabilidade e diminuição da dependência da importação de energia de Estados terceiros, de modo a que os preços do gás e eletricidade se mantenham em níveis considerados razoáveis.

Após a alocução do Senhor Embaixador intervieram os seguintes Senhores Deputados: Inês Domingos (PSD); Eurico Brilhante Dias (PS); Rubina Bernardo (PSD); Isabel Pires (BE); Pedro Mota Soares (CDS-PP); Paula Santos (PCP); António Gameiro (PS); Miguel Morgado (PSD) e Edite Estrela (PS).



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Interveio, de seguida, o Senhor Embaixador para responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados.

Por fim, a Senhora Presidente agradeceu a interessante exposição e os esclarecimentos prestados relativamente às prioridades da Presidência Neerlandesa, salientando a importância que os Senhores Deputados dão ao acompanhamento e aprofundamento do projeto europeu.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, podendo ser consultada no seguinte endereço:

http://media.parlamento.pt/site/XIII/LEG/1SL/COM/04_CAE/CAE_20160119_1_OR.mp3

II PARTE

1. Informações.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Regina Bastos, começou por prestar as seguintes informações:

- i) A Comissão de Defesa nacional enviou à CAE dois ofícios: um sobre a colaboração entre Comissões Permanentes Parlamentares no qual manifesta a disponibilidade para avaliar em cada momento a importância de reuniões conjuntas; outro, sobre a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança, em que dá acordo à sugestão feita pela CAE no sentido de ser criado um grupo de trabalho constituído por membros das 3 Comissões (2ª, 3ª e 4ª) envolvidas na Delegação da AR à PESC-PCSD para a preparação de propostas concretas que venham a ser consideradas na próxima Conferência, em Haia, de 6 a 8 de abril.

Informou ainda que o contributo do Governo terá lugar antes do dia 25 de janeiro e que a proposta de data para a Conferência da AR (2ª, 3ª e 4ª Comissões), será na 1ª quinzena de março de 2016.

- ii) Nomeação do Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia – Foi recebida na CAE, em aditamento à carta anterior de 16 janeiro passado, proveniente do Gabinete da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, remetendo ofício da Senhora Ministra da Justiça, uma carta que contém a indicação dos três candidatos, e respetivos *curricula*, que reunirão os requisitos para o desempenho de funções de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia:

Ana Cristina Martins Nunes da Silva – Procuradora da República;
Maria de Fátima dos Reis da Silva – Juíza de Direito;
Nuno Filipe Abrantes da Cunha Rodrigues – Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Foi informado pela Senhora Presidente que a audição dos candidatos se insere no âmbito do previsto no art.º 7º-A da Lei nº 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei nº 21/2012, de 27 de maio, em que se prevê a audição de personalidades nomeadas ou designadas pelo Governo para cargos da União Europeia. Foi ainda sublinhado o carácter urgente do processo atendendo a que este deveria estar concluído no final de dezembro de 2015, acrescentando-se que seria auscultada a 1ª Comissão para acerto da data da audição.

- iii) Relativamente à Comemoração dos 30 Anos da Adesão de Portugal à CEE, a Senhora Presidente informou que este assunto tinha sido levado à Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, que teve lugar na mesma manhã, tendo sido transmitido que nessa sede o Senhor Presidente da Assembleia da República manifestou disponibilidade para a realização da comemoração, embora referindo que esta não deveria ter uma estrutura muito complexa atendendo a que o Governo está também a preparar um conjunto de iniciativas neste âmbito.

Assim, deveria ser preparado um esboço de programa que envolvesse personalidades que tivessem assumido preponderância no processo, devendo este ser levado ao conhecimento do Senhor Presidente da Assembleia da República com proposta de uma data para a sua realização.

A este propósito intervieram os **Senhores Deputados**:

- **Duarte Marques (PSD)** que, após a alusão ao falecimento do Dr. António de Almeida Santos, de que salientou a integridade e o exemplo de isenção na condução dos trabalhos na AR, referiu que devia ser apresentado ao Senhor Presidente da Assembleia da República uma versão definitiva e não um esboço;

- **Brilhante Dias (PS)** afirmando que devia ser levado ao Senhor Presidente da Assembleia da República um esboço que fosse apropriado pelo Parlamento, ou seja, já tivesse colhido o apoio das outras Comissões;

- **Pedro Mota Soares (CDS/PP)** que manifestou a opinião de que o facto de o Governo estar a celebrar esta efeméride não deve prejudicar a ação do Parlamento, o qual deverá colocar o seu enfoque nos desafios de Portugal e da União Europeia, devendo ainda as comemorações a realizar ser abertas a outros deputados e à comunidade.

A Senhora Deputada **Paula Santos (PCP)** manifestou reserva relativamente a esta iniciativa.

Por fim, a Senhora Presidente tomou a palavra para referir que o objetivo é pensar no âmbito da CAE o programa que se quer propor, devendo este ser levado ao conhecimento e chancela do Senhor Presidente da Assembleia da República. Chamou ainda atenção para a necessidade de se marcar uma data, brevemente atendendo ao número de comemorações que se desenrolam no presente ano, sugerindo os meses de maio/junho, em especial junho por ter sido o mês da efetiva assinatura do Tratado.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.^a SL

Nesta sequência ficou estabelecido que será realizado um trabalho de pesquisa pela equipa técnica da qual se dará conta aos coordenadores e à mesa.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 8, referente à reunião de 12 de janeiro de 2016.

A Senhora Presidente submeteu a Ata n.º 8, referente à reunião de 12 de janeiro de 2016, à apreciação dos Senhores Deputados, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

3. Continuação da apreciação da proposta de cartão verde apresentada pela Assembleia Nacional Francesa relativa à responsabilidade social das empresas na União Europeia. É solicitada a pronúncia das Comissões de Assuntos Europeus de todas as Câmaras parlamentares.

O debate coincidiu com o ocorrido na reunião anterior mantendo a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) a posição já anteriormente tomada.

4. Continuação da apreciação da proposta de cartão verde apresentada pela Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento da Letónia - deliberação da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e parecer da Comissão de Assuntos Europeus.

Foi informado pela Senhora Presidente que a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto transmitiu à CAE, por ofício, que, tendo sido analisados e discutidos os termos da proposta deliberou, por unanimidade, não tomar posição em relação à mesma. Assim, não se pronunciava, por agora, tendo em conta as dúvidas que a proposta letã suscitava aos membros da Comissão. Informou ainda que, até à data, nenhum outro Parlamento tinha confirmado a adesão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

5. Resolução do Parlamento Europeu sobre a Reforma do Ato relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal direto.

A Senhora Presidente transmitiu que, tal como deliberado na última reunião, foi manifestada a intenção à Representante Permanente da AR junto da UE, para os devidos efeitos, de a CAE assinar a carta que a Presidência Neerlandesa preparou para enviar ao Presidente do Parlamento Europeu. Referiu também que no dia anterior tinha sido enviado aos Senhores Deputados a referida proposta de carta, cujo conteúdo se referia à forma de transmissão da proposta do ato legislativo em apreço.

Também foi referido que, de acordo com informação da Representante Permanente da AR junto da UE, e tendo tomado em consideração a informação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o envio da carta seria efetuado no próximo dia 20, à tarde, permitindo que o Senhor Presidente da 1ª Comissão a pudesse assinar, se tal viesse a ser deliberado.

A propósito da mesma matéria, a Senhora Presidente informou que tinha sido enviado aos Senhores Deputados o parecer fundamentado elaborado pela Câmara dos Comuns do Parlamento do Reino Unido, no qual se considera que existe violação do princípio da subsidiariedade, importando sublinhar a possibilidade de outras Câmaras virem a apresentar pareceres fundamentados.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), tendo este manifestado que a questão subjacente a esta carta pode ser enquadrada por duas vias: o parecer fundamentado, como o estão a fazer outros Parlamentos, ou o diálogo político, como está a ser feito pelo Parlamento português. Acrescentou que subscreve a carta da Presidência Neerlandesa.

No mesmo sentido da subscrição da referida carta intervieram os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Isabel Pires (BE) e Pedro Mota Soares (CDS/PP).



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.^a SL

Em seguida, o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) abordou a questão do calendário das audições parlamentares do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da AR, dizendo que devia ser diligenciado no sentido de a primeira audição deveria ser realizada o mais cedo possível, abril. Intervieram também os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS) e Pedro Mota Soares (CDS/PP), que manifestaram a ideia de que a audição em sede de CAE era distinta da audição em sede de Orçamento de Estado para 2016 e, portanto, deveria procurar-se que a audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros prevista para o final de abril (26) fosse antecipada para o início do mesmo mês.

Esta posição mereceu o acordo de todos os Deputados, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas - [COM(2015)750], objeto de Relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; e Comissão de Defesa Nacional.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS

Iniciativa selecionada

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer a Senhora Deputada Carla Tavares.

7. Outros assuntos.

A Senhora Presidente deu nota de que foi enviado aos Senhores Deputados um projeto de Programa para a audição pública do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016, colocando o mesmo à aprovação da Comissão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Este foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Foi também abordado pela Senhora Presidente o assunto relativo à designação de relatores permanentes na CAE, colocando a questão de saber se estes deviam ser designados em sede do Grupo de Trabalho Informal ou da CAE.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) que, após breve nota sobre o decorrer dos trabalhos do Grupo de Trabalho Informal, manifestou a opinião de esta ser uma competência da CAE.

Interveio ainda o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) que sugeriu que o Grupo de Trabalho Informal, cujos trabalhos estão em fase de finalização, debatesse esta questão, que posteriormente seria levada à CAE, para aprovação. Acrescentou como preocupação adicional a ideia de que todos os Grupos Parlamentares tivessem a possibilidade de intervir.

A Senhora Presidente concluiu o debate, lembrando que o assunto ainda está em aberto e que, na sequência das opiniões manifestadas, a designação dos relatores será feita após a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho Informal. Juntou-se ainda aos sentidos pêsames pelo óbito de uma figura marcante na nossa democracia como foi a do Dr. António de Almeida Santos.

A reunião foi encerrada às 17:21 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 janeiro 2016.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Gameiro
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Carlos Pereira
Duarte Marques
Edite Estrela
Eurico Brilhante Dias
Inês Domingos
Isabel Pires
Manuel Rodrigues
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Nuno Magalhães
Palmira Maciel
Paula Santos
Paulo Duarte Marques
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
António Cardoso
Jorge Lação
Luís Moreira Testa
Ricardo Bexiga
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Moisés Ferreira
Vitalino Canas